

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

**SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS:
REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DO RACISMO**

SABRINA PEREIRA PAIVA¹

NICOLE COSTA FARIA²

RESUMO

O estudo, partindo do conceito de colonialidade, reflete criticamente sobre a invisibilidade do racismo nos serviços de saúde mental. Tais instituições acabam reproduzindo discursos e práticas que violentam os corpos negros, em especial das mulheres. O cuidado ofertado às mulheres negras reproduz o silenciamento e mantém invisíveis os efeitos do racismo nos processos de adoecimento.

Palavras-chave: Colonialidade. Racismo. Mulheres negras. Saúde Mental.

ABSTRACT

The study, based on the concept of coloniality, critically reflects on the invisibility of racism in mental health services. Such institutions end up reproducing discourses and practices that violate black bodies, especially women. The care offered to black women reproduces silencing and keeps the effects of racism on illness processes invisible.

Keywords: Coloniality. Racism. Black women. Mental health.

Introdução

Neste estudo analisamos criticamente a invisibilidade do racismo no âmbito dos serviços de saúde mental, partindo do conceito de colonialidade e propondo uma perspectiva racializada e decolonial sobre esse sofrimento. É fruto de inquietações surgidas durante a atuação de uma das

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

autoras nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) de Juiz de Fora (MG). A notória ausência do debate sobre a violência (em especial, violência sexual contra as mulheres) no cotidiano de trabalho da equipe contrastava com o relato das mulheres em tratamento nestes serviços, as quais colocavam tais experiências como parte importante de seu processo de adoecimento.

A pergunta inicial sobre porque não se discute a violência contra a mulher no cotidiano dos serviços foi se complexificando para as razões da incapacidade destes serviços de acolherem os sofrimentos relatados, em sua maioria, pelas mulheres negras. Decorrente do silenciamento imposto, que, como demonstraremos, é um silêncio branco, o cuidado ofertado a essas mulheres acaba por mantê-las em situação de sofrimento, pois atualiza a impossibilidade de falar sobre suas dores. A imposição desse silêncio é a confluência de muitos fatores que podem ser discernidos à luz do conceito de colonialidade, proposto por Quijano (1992; 2005).

A colonialidade diz respeito a um padrão mundial de organização e hierarquização das relações sociais, que se sustenta na ideia de raça. No Brasil, o racismo implantado pelo colonialismo tem suas particularidades. Trata-se, nos dizeres de Lelia Gonzales (1983), de um racismo denegado, sobre o qual, portanto, não se pode dizer. Um racismo mistificado pelo mito da democracia racial. Quando é impossível negá-lo, busca-se sua deslegitimação, tratando-o como piada, “mimimi” ou exagero. Assim, além de muitas vezes não poderem dizer sobre suas experiências mais transparentes de violência, as mulheres negras também não encontram espaços para dizer sobre o sofrimento decorrente do racismo, ou seja, da imposição de um ideal de ser humano que, de partida, não podem alcançar.

Somada a esses fatores, a perspectiva hegemônica da psiquiatria, biologicista e descritiva, não tematiza tais elementos como parte da sociogênese dos processos de adoecimento. Se, durante sua institucionalização, no Brasil, a psiquiatria debateu profundamente a raça, especialmente patologizando as “raças inferiores”, atualmente a raça parece ser um elemento indiferente aos processos de adoecimento. O sujeito da psiquiatria hegemônica é um sujeito abstrato, universal – que tem como elemento central de sua caracterização a raça branca. Uma psiquiatria cada vez mais capilarizada e ampliada, que se detém sobre um conjunto cada vez maior de comportamentos cotidianos para patologizá-los (CAPONI, 2012) e que vem cumprindo um importante papel prático e discursivo na construção ideológica de uma (inter)subjetividade neoliberal e capitalista (NEVES et al., 2021).

De um lado, portanto, a formação social brasileira com sua clivagem racial e a denegação da mesma. Do outro, uma perspectiva psiquiátrica hegemônica (e que ainda impõe sua organização aos serviços de saúde/saúde mental), cuja lente ofusca as particularidades e

singularidades de cada sujeito.

Conformação do racismo na história brasileira: colonização, colonialidade e balizas ideológicas contemporâneas

A partir do século XVII, os escravos africanos se tornaram o sustentáculo econômico da colônia portuguesa em terras “americanas”. Segundo Russel-Wood (2001), durante os três séculos de comércio transatlântico de pessoas trazidas da África para o Brasil, vieram parar aqui cerca de 3,6 a 5,5 milhões de africanos/as de várias regiões do continente. Apesar das cifras incertas, a escravidão de povos africanos constituiu-se como a forma mais relevante de mão de obra no Brasil até meados do século XIX, quando o escravismo entra em sua crise final.

No Brasil, vigorou uma forma de *escravidão completa*, a qual se caracteriza pela perpetuidade e hereditariedade da condição de escravo/a. Essa situação ocasionava conflitos recorrentes entre senhores e “escravos”, posto que qualquer recusa às condições impostas às pessoas escravizadas, ocasionava repressão e punição. As leis buscavam, ao mesmo tempo, legitimar as formas de punição e impor limites, tentando impedir castigos excessivos. Muitos foram os casos de escravizados/as mortos/as devido aos castigos, mutilados ou debilitados severamente. Palmatória, chicote, correntes, máscaras de ferro, castigos públicos e acorrentamento em grupos são alguns dos instrumentos que explicitam a violência das relações no Brasil Colônia (BOTELHO, 2013; KARASCH, 2000), então sustentadas no antagonismo “senhor x escravo”.

As mulheres negras escravizadas, além de estarem sujeitas às mesmas punições que os homens, eram recorrentemente vítimas de estupros e abuso sexual pelo “senhor de escravo” ou por filhos deste. Apesar do caráter ‘animalesco, sujo e imoral’ de que era revestido o ato sexual com as mulheres escravizadas, os estupros eram recorrentes, assim como a exploração sexual das mesmas e sua utilização como iniciadoras sexuais dos filhos do senhor (GONZALEZ, 1982; 1983). Essa violência originária da sociedade brasileira propiciou a naturalização da violência contra a população negra, incluindo-se a violência sexual contra as mulheres negras – que foi romantizada pelo pensamento social brasileiro a partir da década de 1930, em especial por Gilberto Freyre (FREYRE, 2003).

As concepções sobre as mulheres escravizadas no Brasil Colônia eram opostas às aquelas sobre as mulheres brancas. Enquanto constituía-se para as mulheres brancas o papel passivo, dedicada a uma vida ociosa, ao marido e aos filhos, sexualmente contida, pois cristã, para as mulheres negras o papel relegado era, de antemão, o de trabalhadora, já que estavam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sob o regime da escravidão. Além de serem também tratadas como reprodutoras de novos escravos e como objeto sexual, para as quais a moral sexual cristã não era válida (NASCIMENTO, 1976). Assim, raça e sexo/gênero conformavam conjuntamente aspectos da estrutura do colonialismo, juntamente com a estrutura econômica e de classes, as quais permanecem informando e organizando as relações sociais até os dias de hoje.

Desde o início da colonização, os povos colonizados foram entendidos como “selvagens”, “primitivos”, “imaturos”. Em contraste, os colonizadores construíram uma nova concepção de si: racionais, civilizados, superiores (BOTELHO, 2013). Essa diferenciação teve início, portanto, com a colonização da América Latina, ponto de partida da hierarquização racial tal qual vivemos hoje e ainda, o momento de redefinição e de imposição das hierarquias de gênero. Os/as negros/as, os/as indígenas e toda população não-branca fomos compreendidos/as como seres inferiores e despojados de humanidade.

Espelhando-se na realidade europeia, a ideia de universalidade esteve sempre associada, paradoxalmente, à exclusão e à seletividade, tendo em vista que o estatuto *universal* foi demarcado como privilégio de um grupo específico, isto é, do homem branco europeu (ANDRADE, 2017; BOTELHO, 2013). Embora o Iluminismo tenha sido o movimento intelectual que consolidou essa concepção universalista sobre o ser humano, trazendo consigo a “raça” branca como modelo superior de humanidade, as sementes dessa perspectiva já haviam sido lançadas logo após o “descobrimento” da América. Por isso, Dussel (1994) afirma que a subjetividade moderna teve início não no *eu penso* cartesiano, mas no *eu conquisto* do colonizador.

A constituição da subjetividade moderna e do conjunto de signos que a acompanham foi produto de um processo em que as relações sociais que estavam se estabelecendo foram marcadas pela diferenciação, separação, violência e pela dominação europeia. Assim, a América Latina foi transformada em objeto da dominação colonial e como matéria prima não só para a transformação das forças produtivas europeias com seu ouro e sua prata, mas com a matéria prima humana que seria negada para dar sentido ao *ser humano universal* eurocêntrico que foi inventado nos séculos seguintes e orientou a filosofia, as ciências humanas e sociais, a história, a medicina, em suma, todas as ciências modernas, incluindo a psiquiatria.

Quando tem início a derrocada do sistema escravista no Brasil ao longo do século XIX, o debate racial estava consolidado na Europa e foi justamente a “raça” o mecanismo ideológico utilizado no pós-Abolição para garantir a manutenção das hierarquias sociais. A queda do escravismo na colônia portuguesa impulsionou mudanças significativas no que diz respeito às



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formas de estratificação social. Durante o período escravista, a divisão social do trabalho coincidiu com a divisão racial do trabalho, com os/as brancos/as exercendo as atividades consideradas nobres (trabalho qualificado, intelectual), e os não-brancos/as realizando as atividades não qualificadas, mal remuneradas e braçais. Esse é, por excelência, o mecanismo de estratificação da colonialidade em termos globais, como defendido por Quijano (2009), onde a definição racial – e de gênero, como notou Lugones (2008) – se vincula substantivamente à posição dos grupos na divisão global do trabalho. No Brasil, inicialmente existia um mecanismo que colocava o escravizado “preto” no estrato mais baixo, o homem mulato liberto um pouco acima deste, seguido pelo homem livre mulato, pelo homem livre branco, e o senhor de escravo no estrato social mais alto. Em todas essas categorias, abaixo do homem estava a mulher (a escrava, a negra liberta, a negra livre, a mulata liberta e assim por diante).

Com a escravatura dando sinais de ruína, o mecanismo de hierarquização passaria a operar mais fortemente pelos signos da “raça”, que operou junto ao sexo (utilizando-se os termos da época) nos processos de inferiorização. Assim, durante o escravismo tardio e, mais intensamente no pós-Abolição, operou-se uma metamorfose classificatória. Foi nesse período que se desenvolveu “um pensamento contra o negro, não apenas mais como ex-escravo, mas como *negro*, membro de uma raça inferior” (MOURA, 2019, p. 130). Com a Abolição, uma das linhas mais importantes de estratificação social, aquela que separava especialmente os/as escravizados/as e os não-escravizados/as, provocou uma crise no sistema hierárquico e exigiu o estabelecimento de outros critérios de cidadania. Em resposta a essa crise e como forma de tentar manter os mesmos padrões estruturais, as categoriais raciais passaram a ser mobilizadas pelas elites para perfazer as principais linhas de estratificação no pós-Abolição. A utilização das categoriais raciais se deu maneira heterogênea, consoante às especificidades históricas de cada região brasileira, todavia, de maneira geral, pode-se dizer que o critério racial se tornou o critério primordial de subordinação dos grupos (MOURA, 2019; GATO, 2020).

O debate racial que ganhou força no país foi muito influenciado pelas teorias raciais européias. De maneira geral, as teorias raciais do século XIX apoiavam-se na premissa de que a diversidade humana – do ponto de vista político, cultural, fenotípico – era produzida pela desigualdade natural entre as raças. A raça branca, na condição de superioridade em relação às demais, fornecia os exemplos que o restante da humanidade deveria seguir, por isso, em meio ao debate sobre o futuro da nação que se desencadeou com a instauração da república, *branquear* a população foi a estratégia eleita para garantir um futuro de sucesso ao país. Até meados da década de 1930, a ideologia do branqueamento projetou a exclusão do negro da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nova ordem social em preferência pelo branco, de tal modo que o negro só conseguiria se integrar a essa nova sociedade de maneira muito seletiva e às custas de negar sua origem étnica e racial e de se comportar como um sujeito branco.

Na tentativa de efetivar os anseios de branquear o país, tomou corpo uma política imigrantista financiada pelo Estado, a qual se apoiou tanto na ideologia do branqueamento quanto na falsa ideia de necessidade de mão de obra com a libertação dos escravos. No pós Abolição, a crise hierárquica e a preocupação com a colonização interna do país ganharam destaque e ampliaram o debate sobre a necessidade da imigração europeia.

A miscigenação passou a ser debatida de uma maneira particular, enquanto possibilidade de salvar o país de sua miséria racial, desde que fosse cuidadosamente operada. Passou, gradualmente, de problema a solução, desde que ela servisse para o branqueamento da população. A miscigenação entre as “raças inferiores” (negros, índios, mestiços, não-brancos, enfim!) era condenada, ao passo que a miscigenação que contava com a participação da raça superior era encorajada. Havia previsões de caráter especulativo de que, devidamente sistematizada, a miscigenação levaria à constituição de um país branco em menos de um século (SCHWARCZ, 1993). Neste contexto, as políticas de branqueamento, operacionalizadas através das políticas de imigração da “raça superior” (branca), ampliaram o fluxo imigratório para o país, com seu auge entre 1880 e 1920, período no qual chegaram ao país mais de um milhão e duzentos mil imigrantes. Assim, durante as décadas de 1910, 1920 e 1930, as políticas de imigração foram fomentadas ideologicamente pela esperança de que o país cedo ou tarde se tornaria branco. Na realidade, ao longo da década de 1940 ainda existia uma política imigratória restritiva, tendo em vista que, nesse ano, Vargas ainda buscou controlar, através de decreto, a entrada de imigrantes conforme sua ascendência europeia (NASCIMENTO, 2016).

O contexto do pós-Abolição, portanto, constituiu-se para a população negra como o momento definitivo de sua manutenção em posições sociais inferiorizadas. De pilar da produção econômica, a “franja marginal” (MOURA, 2019, p. 94) da população, os negros foram empurrados para fora do mercado de trabalho. Mecanismos de imobilismo entraram em ação como política e como ideologia, de tal forma que o povo negro foi apresentado à nascente sociedade de classes brasileira como incapaz de ser o desejado trabalhador livre e assalariado necessário à modernização do país. Por isso, Lélia afirma que a Abolição inaugura “o novo calvário do negro brasileiro” (GONZALEZ, 1986, p. 235). No caso das mulheres negras, com o fim da escravidão, a maioria manteve-se realizando serviços domésticos na casa de famílias brancas. Segundo Lélia Gonzalez (1979), em 1950, o Censo apontava que 10% das mulheres



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

negras ocupadas estavam no setor da agricultura ou da indústria têxtil e 90% se dedicava à realização de “serviços pessoais” (ou seja, o trabalho doméstico). O que a autora destaca é que a incorporação da mulher negra à classe operária foi barrada, além da baixa escolaridade, pelo critério da seleção racial, já que o mercado historicamente tem maiores preferências pelas mulheres “mais claras”, morenas ou brancas.

Em meio à declarada intenção e à política pública de por fim à raça negra no Brasil, Gilberto Freyre publicou, em 1933, a obra que daria uma guinada nos estudos raciais brasileiros, por apresentar uma perspectiva (aparentemente) muito diferente a respeito das relações raciais no Brasil. Sua obra mais conhecida, *Casa-Grande e Senzala*, tornou-se o ícone da chamada *democracia racial brasileira* e do *luso-tropicalismo* (FREYRE, 2003). As relações raciais foram, portanto, destituídas de seu caráter conflituoso, violento e opressivo, operando-se uma ideologização dessas relações. Freyre acabou por se consagrar como o pai do mito da democracia racial, cujos efeitos de sua disseminação ainda estão presentes na forma de se pensar as relações raciais no Brasil.

Decorrente do espraiamento das ideias de Freyre, até 1950 não se discutia racismo, discriminação racial ou temas correlatos, de tal forma que as tensões raciais estiveram ausentes do debate público. Mundialmente, a imagem do Brasil era a de um país onde as relações raciais eram um exemplo, de tal sorte que em 1950, um conjunto de estudos foi financiado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Brasil com o objetivo de orientar os outros países na consolidação de relações raciais “harmônicas”. As pesquisas, entretanto, produziram uma verdadeira ruptura paradigmática, pois contribuíram para a desarticulação do mito da democracia racial no Brasil – pelo menos do ponto de vista teórico/acadêmico – ao demonstrar uma forte associação entre raça/cor e condição socioeconômica (GUIMARÃES, 2001).

Atualmente, o racismo é debatido como parte estruturante da sociedade brasileira, incidindo, junto à classe e ao gênero, como mecanismo de perpetuação de relações de poder. Trata-se, pois, de um racismo estrutural, como destaca Silvio Almeida (2021). Entender o racismo como um elemento estruturante da sociedade brasileira é compreendê-lo como fenômeno normativo, como regra geral da dinâmica social no âmbito cultural, jurídico, econômico e familiar, de tal maneira que práticas e concepções racistas não são exceções, ao contrário, são sistemáticas e cotidianas em nossa sociedade. Essa perspectiva traz uma consequência relevante para as práticas individuais, coletivas e institucionais: enquanto produtos da sociedade em que se desenvolvem, essas práticas tendem a reproduzir cotidianamente o racismo, a menos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que se faça uma opção por seu enfrentamento. Dito de outra forma: adotar práticas assumidamente antirracistas é a única forma de evitar a perpetuação do racismo em uma sociedade nuclearmente apoiada no racismo (ALMEIDA, 2021).

Apesar de inúmeras pesquisas demonstrarem a continuidade das desigualdades raciais em diversos aspectos, o mito da democracia, por um lado, e o ideal do branqueamento, por outro, constituem as duas perspectivas ideológicas que informam as questões raciais no Brasil contemporâneo. Se há pesquisas e informação suficiente para demonstrar as desigualdades raciais persistentes no Brasil, o mito da democracia racial continua presente, expressando-se em uma recusa geral de se colocar o dedo na ferida brasileira, de se dar conta da “neurose cultural brasileira”, como diz Lélia (GONZALEZ, 1983), ou do “pacto narcísico da branquitude”, nas palavras de Cida Bento (2002).

Esse conjunto de mecanismos ideológicos, no geral, inconscientes para a maioria da população, se presentifica nas mais variadas instituições, na dinâmica ocupacional, no comportamento geral, em piadas, valores morais, nas concepções de mundo da população brasileira, na consciência (ou não-consciência) racial e, portanto, nas perspectivas e práticas do campo da saúde e da saúde mental. Nesses espaços, é preciso disputar uma compreensão de saúde mental que, de partida, busque superar a visão alienada que a sociedade brasileira construiu sobre si mesma. É preciso superar não exatamente uma falta de conhecimento histórico sobre as relações raciais no Brasil, mas a existência de um conhecimento desconhecimento que ofusca o racismo como um fato e como fator de sofrimento e adoecimento (embora não somente) e que ofusca o racismo enquanto balizador histórico de práticas de asilamento e psiquiatrização (PEREIRA, PASSOS, 2019).

Saúde mental das mulheres negras: a invisibilidade do racismo e os limites da perspectiva psiquiátrica hegemônica

A psiquiatria é, essencialmente, uma disciplina moderna, inspirada pelos ideais da Revolução Francesa. A *psiquiatria moderna*, inaugurada pelo psiquiatra alemão Emil Kraepelin (1856-1926), compreendia as doenças mentais como consequências de processos degenerativos que poderiam ter causas hereditárias e causas externas, com destaque para a primeira categoria etiológica. O mesmo conduziu amplos estudos estatísticos e incentivou que seus colegas fizessem o mesmo em outros países e deu continuidade à hipótese de que experiências de vida ocasionam doenças mentais, mas sempre mediadas por um processo biológico e condicionado por uma pré-condição mórbida de natureza biológica (CAPONI, 2012).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Um passo a mais dado por Kraepelin na institucionalização científica da psiquiatria diz respeito ao ímpeto de construção de critérios diagnósticos objetivos, precisos e universais. Sua proposta classificatória, apoiada em estudos longitudinais, entende que cada categoria diagnóstica é conformada por uma configuração específica de sintomas, que tem também um curso próprio e etiologias diferentes, relacionadas a patologias cerebrais distintas. Sua proposta foi de aproximar ainda mais a psiquiatria dos métodos de outras áreas da medicina. Por fim, e essa é a novidade do discurso psiquiátrico do século XX, Kraepelin inaugura a noção de anormalidade. Não se trata mais de loucos, nem de doentes, e sim de indivíduos anormais (FREITAS; AMARANTE, 2017).

Segundo seus postulados, apegados sempre à objetividade e à neutralidade, a entrevista psiquiátrica deveria deixar pouco espaço para a narrativa do “paciente”, que poderia confundir o profissional. E deveria se dirigir a um conjunto diverso de comportamentos que, a princípio, nada tinham a ver com as doenças mentais. Para ele, seria necessário fazer perguntas específicas, focadas: a) na anamnese da família; b) na história pessoal anterior ao surgimento da doença; c) na história da doença e d) na avaliação dos aspectos do paciente no momento da entrevista (CAPONI, 2011). Os itens sugeridos por Kraepelin orientam as entrevistas diagnósticas com os pacientes até hoje. Não somente como uma prática dos psiquiatras, mas dos outros profissionais do grande campo da saúde mental, inspirados nas diretrizes psiquiátricas.

Atualmente, a perspectiva kraepeliniana é a que orienta e parametriza em termos mundiais os diagnósticos médicos, já que foi incorporada ao Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM), especialmente a partir de sua terceira edição, na qual os psiquiatras afirmam adotar uma perspectiva neokraepeliniana (FREITAS; AMARANTE, 2017; TENÓRIO, 2016).

Como afirma Tenório (2016, p. 954) “abandona-se a discussão sobre a etiologia e a psicodinâmica em favor dos pontos de consenso que seriam os sintomas manifestos, que supostamente estariam ao alcance de qualquer observador”. A continuidade de um sujeito abstrato e de sintomas universais: pouco interessa quem seja o sujeito “doente”, do ponto de vista estritamente diagnóstico, trata-se de uma descrição do quadro clínico. Ora, se os diagnósticos são universais, como se explica que no Brasil as mulheres brancas e as mulheres negras tenham sido internadas por motivos praticamente antagônicos ao longo do século XX? (CUNHA, 1989; COUTO, 1994; ENGEL, 2001).

Muitas pesquisas têm debatido as iniquidades raciais em saúde, algumas das quais demonstram as diversas faces do racismo no âmbito do SUS, enfatizando aspectos reprodutivos,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gestacionais e sexuais durante a assistências prestadas às mulheres negras. Estes trabalhos têm demonstrado que essas mulheres têm maiores chances de ter um pré natal inadequado, que passam por consultas em menor número e mais rápidas, peregrinam mais entre as maternidades e são aquelas que mais têm violado o direito de acompanhante durante o parto (CURI; RIBEIRO; MARRA, 2020). Além disso, as mulheres negras são as que mais passam por intervenções desnecessárias e as que recebem menores quantidades de anestésicos durante os procedimentos. Ao lado dessas práticas, o racismo aparece também através da desvalorização da gestação e da maternidade das mulheres negras, assim como da presença de estereótipos sobre essas mulheres que atravessam todo o cuidado prestado (SILVA et al, 2022).

Esses são alguns exemplos do que Passos (2020; 2021) denomina como *cuidado colonial*. A autora busca chamar atenção para como as formas de assistência e/ou garantias de direitos, em especial através das políticas de assistência social e de saúde, incluindo a de saúde mental “reatualizam a captura da existência negra através dos discursos e práticas colonialistas” (PASSOS, 2020, p. 118). No campo da saúde mental, por exemplo, essa prática aparece quando se lança um olhar estereotipado sobre o corpo e sobre a subjetividade da mulher negra, ou ainda quando se reproduz o silenciamento sobre suas experiências de racismo e de violência. Ou ainda quando se desconsidera o racismo como produtor de sofrimento ou até mesmo de adoecimento.

Segundo a perspectiva aqui adotada, a violência contra as mulheres negras encontra se enraizada na violência e na dominação colonial, responsáveis por construir a mulher negra como “fêmea”, como objeto sexual, ao violentá-la secularmente de maneira impune. As perspectivas histórica e intersubjetiva caminham juntas para que possamos compreender a subjugação racial, a incorporação singular de estereótipos, a indiferença à violência sofrida pelas mulheres negras. Por isso, uma compreensão que vá nortear qualquer tipo de cuidado às mulheres negras, sobretudo no campo da saúde mental, deve levar em conta essa constituição subjetiva que é atravessada pela invisibilidade, pela negação em relação à identidade negra e pelo silenciamento. Esses são componentes do chamado trauma colonial (KILOMBA, 2019; LIMA, 2020).

O desconhecimento desses elementos leva à organização de práticas de cuidado distantes da realidade das mulheres negras e leva, ao mesmo tempo, à atualização da “máscara” historicamente colocada na face dos sujeitos negros (KILOMBA, 2019). Kilomba (2019) fala de uma máscara que era inicialmente de ferro e pretendia que os escravos não pudessem se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

suicidar comendo terra ou se alimentar daquilo que era (supostamente) propriedade do colonizador. Em Fanon (1952/2008) ela aparece transformada em uma máscara não mais de ferro, mas branca. Máscara que ao negro é imposta no mundo dos brancos. Máscara de ferro ou máscara branca, ela impõe o silêncio que a branquitude deseja impor – quer saiba, quer não – sobre os negros.

Argumentamos que é preciso debater os efeitos deletérios dessa máscara nos processos de adoecimento das mulheres negras que buscam por cuidado nos serviços de saúde mental. A metáfora da máscara trazida por Kilomba (2019) nos ajuda a compreender porque a criança negra é capaz de gritar o racismo e a mulher negra não. Para esta, a máscara forjada pelo mito da democracia racial e pelo racismo denegado, desencorajou-a a dizer abertamente sobre a dor de ser negra. Em alguns casos, seguindo as trilhas do pensamento de Neusa Souza e de Jurandir Costa, impediu-as até mesmo de pensar sobre isso (COSTA, 2021; SOUZA, 2021). Mas essa máscara cumpre uma função dupla: ao mesmo tempo que impede a mulher negra de falar, ela defende o sujeito branco de ter que ouvir. Ela reflete “o medo branco de ouvir o que poderia ser revelado pelo sujeito negro” (KILOMBA, 2019, p. 41).

Esse silêncio, imposto por vezes de maneira muito delicada às mulheres negras, reflete a atualização dos mecanismos repressivos colonialistas, que impediram que as “raças” colonizadas produzissem a própria linguagem, que tivessem signos próprios para pensar o mundo e sua própria existência. Incapazes de reconhecer o peso do racismo na vida de cada mulher negra que chega aos serviços de saúde mental e, ao mesmo tempo, em atitude defensiva em relação à própria branquitude, “falar torna-se assim praticamente impossível, pois quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser falada, tampouco ouvida” (KILOMBA, 2019, p. 42).

Tadeu Souza, José Geraldo Damico e Emiliano David (2018) ressaltam que o “não reconhecimento por parte do outro da narrativa de sofrimento de um sujeito em condição de vulnerabilidade implica um ‘desmentido’ da sua experiência (e do seu testemunho) no campo social, sendo esta ‘desautorização’ ela mesma, primordial na constituição do trauma” (SOUZA et al, 2018, p. 4). Nesse sentido, a experiência dessas mulheres nos serviços de saúde mental é muitas das vezes a reiteração de seu trauma. Uma busca motivada pela necessidade de dizê-lo – quer se saiba ou não – que se depara com a impossibilidade, com uma barreira que a impede de dizer sobre elementos nucleares de seu sofrimento.

Todos os elementos apresentados até aqui dizem respeito a sofrimentos que se enraízam nesse “grande delírio” (LIMA, 2017, p. 74) disseminado pelo colonialismo que é a “raça”. Fátima



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Lima (2017, 2020) tem discutido a especificidade do sofrimento e do adoecimento das mulheres negras à luz do passado colonial e de suas heranças nas formas de subjetivação dessas mulheres. Segundo a autora, o trauma colonial, enquanto uma forma de subjetivação que se assenta fundamentalmente na racialização e na produção de um sujeito inferiorizado, ocasiona sofrimentos diversos para as mulheres. Apesar de o racismo não se sustentar cientificamente, a percepção dos negros como sujeitos inferiores permanece entranhada na população brasileira e, como ideologia dominante, forja subjetividades negras que, não raro, acreditam na ideia de incompetência e incorporam sentimentos de fracasso e vergonha (LIMA, 2020). Ideias e sentimentos que são reproduzidos na grande mídia ao nominar pessoas negras de forma pejorativa e desumana, associando-os aos signos da marginalidade, delinquência, periculosidade e similares.

Paralelamente ao racismo constituinte da subjetividade moderna, o discurso hegemônico no campo da saúde mental e da atenção psicossocial é dominado pela noção de “transtorno mental”, que, aliás, aparece como discurso sobre o sofrimento até mesmo em trabalhos críticos, atentos às opressões raciais e de gênero e críticos ao poder psiquiátrico. Conforme o argumento que desenvolvi até aqui, essa perspectiva é um tanto frágil e problemática. Superficial, por ser eminentemente descritiva, e mercadológica, por ser expressão dos interesses da indústria farmacêutica e do corporativismo médico. Mas existem outras possibilidades de compreender o sofrimento dessas mulheres. Perspectivas racializadas, atentas à realidade brasileira e à sua história e, portanto, à necessidade de estar atento ao sofrimento especificamente produzido pelo racismo (SILVA, 2021). Trata-se, nos dizeres de Emiliano de Camargo David (2018), da “ampliação de ferramentas conceituais e analíticas”.

Carente dessa reflexão, as políticas de saúde mental têm oferecido às mulheres negras diagnósticos e remédios, ou seja, a patologização de seu sofrimento. Não há “tecnologias de cuidado racializadas” (TAVARES, 2020, p. 143), tampouco linhas de cuidado com ênfase nas especificidades raciais. Se, como apontou Neusa, um dos elementos centrais para sair de um circuito patológico e pernicioso decorrente do racismo é a construção de outro ideal de ego, ou seja, de outra perspectiva identitária, de outros discursos sobre a negritude, sobre ser uma mulher negra, o que pode ser feito, no âmbito da clínica psicossocial, nesta direção? Enquanto não houver uma compreensão da importância dessa temática no âmbito dos serviços de saúde mental, não como algo secundário, tangencial, mas como algo constituinte de nossas subjetividades, a medicalização será a única alternativa.

A medicalização é um fenômeno que articula dois processos de maneira dialética:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

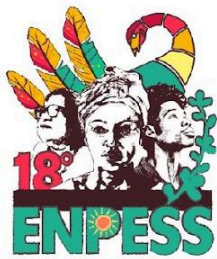
invisibilização-patologização. Como patologizar algo que resta invisível? Ou, como entender como invisível algo que foi patologizado? O que acontece é que permanece invisível o núcleo – como a violência ou o *trauma* da opressão racista e patriarcal – e patologiza-se o marginal. Emaranhada na lógica descritiva, objetivista, a psiquiatria, como grande discurso competente da área, lançará seu olhar e suas intervenções ao comportamento, ao observável (pelo psiquiatra ou pelo sujeito), em suma, aos “sintomas”. Ao lado deles, algumas informações “objetivas” como idade, condição civil, emprego, renda, escolaridade, composição familiar... Tudo, menos a “raça” (SILVA et al, 2017).

Mesmo que negada, a raça está presente, sempre latente. Nesse sentido, pode-se dizer que o cuidado ofertado às mulheres negras é um cuidado racializado, negativamente racializado, no sentido de que o racismo atravessa as práticas, mesmo que não tenhamos sequer notícias dele. Mas ele precisa ser racializado no sentido oposto, no sentido positivo do termo, ou seja, no sentido de reconhecer o racismo como prática institucional corriqueira, como fenômeno presente nas relações entre profissionais e na relação profissional x paciente e impregnado em nossa subjetividade, e por fim, como causador de sofrimento e adoecimento, não somente psíquico mas também físico. Nesse sentido, “racializar é uma estratégia anti racista” (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2018, p. 5).

Para tal, a “raça” não deve ser pensada como verdade ontológica, tampouco deve ser ignorada. Deve ser pensada como instrumento de dominação e lançada à visibilidade e um movimento que toma a racialização como caminho para a desracialização (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2018). Enquanto racializar é contrapor o discurso da branquitude, evidenciar, historicizar e desnaturalizar a brancura, desracializar diz respeito a construir um sistema mundo que não tome a raça como medida e critério para definir as multiplicidades do humano, é quebrar as hierarquias subjetivas e materiais que sustentam as desigualdades sociais, é traçar um caminho em que as diferenças não estejam submetidas ao poder colonial (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2018, p. 5).

Considerações finais

As reflexões aqui propostas não devem nos jogar no outro extremo em relação às mulheres negras. Ou seja: não devemos abandonar uma postura que se recusa a pensar no processo de racialização como produtor de sofrimento para adotar uma outra postura que assume como verdade a priori que as mulheres negras sentem-se mau por condição racial; têm baixa auto-estima ou desprezam o próprio corpo. Essa seria a atualização de uma postura



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

colonial, ainda que bem intencionada. Se é verdade que não devemos aprisionar as mulheres negras nos estereótipos raciais pejorativos, não devemos também aprisioná-las em estereótipos que a limitem ao sofrimento, à baixa auto-estima, à negação de sua condição racial etc. Tudo quanto foi dito até aqui não deve ser tomado como verdade a priori sobre a realidade subjetiva dessas mulheres. Apresentamos reflexões e conceitos que podem abrir novas formas de compreender o sofrimento dessas mulheres, que podem iluminar algo que fica invisível para as lentes brancas-coloniais que utilizamos para pensar esse sofrimento.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Matheus de A. **Do luto à luta: o Movimento Mães de Maio da Baixada Santista de São Paulo**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Sal Paulo: Sueli Carneiro; Ed. Jandaira, 2021. ANDRADE, Érico. A opacidade do iluminismo: o racismo na filosofia moderna. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 137, p. 291-309, 2017. DOI:10.1590/0100-512X2017n13704ea

BENTO, Maria Aparecida S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S.

Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

BOTELHO, Maurílio L. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. **Espaço e Cultura**, n. 34, p. 195-230, 2013. CAPONI, Sandra. **Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

COSTA, Jurandir F. Prefácio à edição original. *In*: SOUZA, Neusa S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, pp. 9-21.

COUTO, Rita Cristina C. M. Eugenia, loucura e condição feminina. **Cadernos de Pesquisa**, n. 90, p. 52-61, 1994.

CUNHA, Maria Clementina P. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. **Revista brasileira de história**, v. 9, n. 18, pp. 121-144, 1989. CURI, Paula L.; RIBEIRO, Mariana T. de A. ; MARRA, Camila M. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, 72 (no. spe.): 156-169, 2020. DOI: 10.36482/1809-5267.ARBP2020v72s1p.156-169.

DUSSEL, Enrique. 1492: **El encubrimiento del Otro – hacia el orgien del “mito de la modernidad”**. La Paz: Plural Editores,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1994.

ENGEL, Magali G. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Loucura & Civilização collection. FANON, Frantz.

Pele negra, máscaras brancas. 1ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008. FREITAS, Fernando;

AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

GATO, Matheus. **O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889).** 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira (1982). *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (Org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 49-64.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1983). *In:* GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** (Org.) RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 75-93.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos**, n. 61, p. 147-162.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Fátima. O trauma colonial e as experiências subjetivas de mulheres negras: raça, racismo, gênero e produção de sofrimentos. *In:* PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (orgs.). **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.70-86.

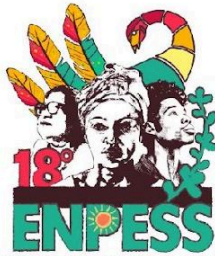
LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. **Arquivos brasileiros de psicologia**, 72, p. 80-93, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In:* HOLLANDA, H. B. (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro, Ed. Bazar do tempo, 2008, p. 52- 83.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Editora Anita, 1994. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho (1976). *In:* NASCIMENTO, Beatriz. Uma

história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: RATTTS, Alex. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 55-61. NASCIMENTO, Beatriz. Nossa

democracia racial (1977). *In:* NASCIMENTO, Beatriz. Uma **história feita por mãos negras:**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relações raciais, quilombos e movimentos. Organização: RATTI, Alex. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 62-67.

NEVES, Antonio et al. A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JR. Nelson da; DUNKER, Cristian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 125-175.

PASSOS, Rachel G. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Em Pauta**, v. 18, n. 45, p. 116 –129, 2020. DOI: 10.12957/REP.2020.47219

PASSOS, Rachel G. “O lixo vai falar, e numa boa!”. **Revisa Katálysis**, v. 24, n. 2, p. 301-309, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194>

PEREIRA, Melissa de O.; PASSOS, Rachel G. (orgs.). Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências. 1ª ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, 11- 29, 1992.

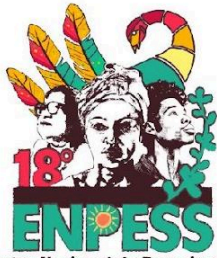
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de Souza, & Meneses, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Ed. Almedina: Coimbra, Portugal, 2009, p. 73-117.

RUSSEL-WOOD, Anthony. J. R. Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil Colonial. **Tempo**, n 12, p. 11-50, 2001. SILVA, Emily K. A. et al. Racismo obstétrico vivenciado por mulheres negras: uma revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e40011124930- e40011124930, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24930>

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Tadeu de P.; DAMICO, José G.; DAVID, Emiliano C. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. **ActaScientiarum. Humanand Social Sciences**, v. 42, n. 3, e56465, 2020.

TENÓRIO, Fernando. Psicose e esquizofrenia: efeitos das mudanças nas classificações psiquiátricas sobre a abordagem clínica e teórica das doenças mentais. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, v. 23, n. 4, p. 941-963, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social